

BR Towers
SPE1 S.A.

**Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais -
ITR de 30 de junho de 2017**

Conteúdo

Relatório sobre a revisão de Informações Trimestrais - ITR	3
Balanço patrimonial	5
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações no patrimônio líquido	8
Demonstração dos fluxos de caixa	9
Demonstração do valor adicionado	10
Notas explicativas às informações contábeis intermediária	11



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de Informações Trimestrais - ITR

Aos Administradores e Acionistas da
BR Towers SPE1 S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da BR Towers SPE1 S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo o resumo das práticas contábeis significativas e demais notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias, relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 09 de agosto de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Leslie Nares Laurenti
Contadora CRC 1SP215906/O-9

BR Towers SPE1 S.A.

Balço patrimonial em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	30/06/2017	31/12/2016	Passivo e patrimônio líquido	Nota	30/06/2017	31/12/2016
Caixa e equivalentes de caixa	4	84.005	82.971	Fornecedores	10	9.697	8.888
Contas a receber de clientes	5	16.957	17.288	Impostos a recolher		1.548	3.734
Impostos a recuperar		198	198	Imposto de renda e contribuição social a recolher		830	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		2.741	3.209	Debêntures	8	38.579	35.604
Outros créditos		148	3	Contas a pagar a partes relacionadas	9	8.402	14.592
				Adiantamentos de clientes		71	92
Total do ativo circulante		104.049	103.669	Total do passivo circulante		59.127	62.910
Aplicação financeira em garantia	6	14.377	13.670	Debêntures	8	284.801	296.987
Ativo fiscal diferido	18	15.677	15.693	Provisão para desmobilização	11	86.882	81.559
Contas a receber de clientes	5	616	616	Provisão de contingências	12	555	489
Outros créditos		963	111	Adiantamentos de clientes		553	528
Total do realizável a longo prazo		31.633	30.090	Total do passivo não circulante		372.791	379.563
Imobilizado	7	505.861	506.808	Patrimônio líquido	13		
Total do ativo não circulante		537.494	536.898	Capital social		211.369	211.369
				Prejuízos acumulados		(1.744)	(13.275)
Total do ativo		641.543	640.567	Total do patrimônio líquido		209.625	198.094
				Total do passivo		431.918	442.473
				Total do passivo e patrimônio líquido		641.543	640.567

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BR Towers SPE1 S.A.**Demonstração do resultado**

Período de três e seis meses findos em 30 de junho de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	Período findo em 30/06/2017	Período de 01/04 a 30/06/2017	Período findo em 30/06/2016	Período de 01/04 a 30/06/2016
Receita operacional líquida	14	86.997	43.894	66.735	34.830
Custo dos serviços de locação	15	<u>(46.391)</u>	<u>(23.296)</u>	<u>(33.298)</u>	<u>(17.841)</u>
Lucro bruto		40.606	20.598	33.437	16.989
Despesas gerais e administrativas	16	<u>(5.443)</u>	<u>(2.964)</u>	<u>(4.435)</u>	<u>(2.669)</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		35.163	17.634	29.002	14.320
Receitas financeiras	17	5.006	2.359	4.795	2.395
Despesas financeiras	17	<u>(22.717)</u>	<u>(10.556)</u>	<u>(33.150)</u>	<u>(14.543)</u>
Resultado financeiro líquido		<u>(17.711)</u>	<u>(8.197)</u>	<u>(28.355)</u>	<u>(12.148)</u>
Resultado operacional antes do imposto de renda e contribuição social		17.452	9.437	647	2.172
Correntes	18	(5.905)	(3.078)	(1.670)	(1.275)
Diferido		(16)	(123)	-	-
Lucro líquido / (Prejuízo) do período		<u>11.531</u>	<u>6.236</u>	<u>(1.023)</u>	<u>897</u>
Lucro / (Prejuízo) por ação do período (expresso em R\$ por ação)		0,04	0,02	(0,00)	0,00
Lucro / (Prejuízo) básico/diluído por lote de mil ações		<u>44,12</u>	<u>23,86</u>	<u>(3,91)</u>	<u>3,43</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

BR Towers SPE1 S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Período de três e seis meses findos em 30 de junho de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Período findo em 30/06/2017	Período de 01/04 a 30/06/2017	Período findo em 30/06/2016	Período de 01/04 a 30/06/2016
Lucro / (prejuízo) do período	<u>11.531</u>	<u>6.236</u>	<u>(1.023)</u>	<u>897</u>
Total do resultado abrangente do exercício/período	<u><u>11.531</u></u>	<u><u>6.236</u></u>	<u><u>(1.023)</u></u>	<u><u>897</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

BR Towers SPE1 S.A.

Demonstração da mutação no patrimônio líquido

Período de três meses findos em 30 de junho de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2016	<u>211.369</u>	<u>(27.558)</u>	<u>183.811</u>
Prejuízo do período	<u>-</u>	<u>(1.023)</u>	<u>(1.023)</u>
Saldos em 30 de junho de 2016	<u>211.369</u>	<u>(28.581)</u>	<u>182.788</u>
Saldos em 01 de janeiro de 2017	<u>211.369</u>	<u>(13.275)</u>	<u>198.094</u>
Lucro do período	<u>-</u>	<u>11.531</u>	<u>11.531</u>
Saldos em 30 de junho de 2017	<u>211.369</u>	<u>(1.744)</u>	<u>209.625</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

BR Towers SPE1 S.A.

Demonstração do fluxo de caixa

Período de seis meses findos em 30 de junho de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	30/06/2017	30/06/2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro / (prejuízo) do período	11.531	(1.023)
Ajustes de		
Depreciação	16.333	15.304
Juros sobre empréstimos e apropriação do custo da dívida	17.294	28.208
Atualização provisão para desmobilização	5.323	4.866
Baixas líquidas de imobilizado	37	183
Provisão para contingências	66	213
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	416	-
Provisão de compras, serviços prestados e aluguel	9	183
Linearização da receita e receita diferida	(84)	224
Linearização da custos de serviços prestados	29	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	5.905	1.670
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	-
Rendimento de aplicação financeira de longo prazo	(757)	(795)
	<u>56.118</u>	<u>49.033</u>
Variações no capital circulante		
Variação de ativos		
Contas a receber de clientes	(38)	(8.412)
Impostos a recuperar	(1.354)	(463)
Outros créditos	(1.026)	(21)
Variação de passivos		
Fornecedores	908	(395)
Impostos a recolher	(2.186)	275
Contas a pagar a partes relacionadas	(7.089)	(2.930)
Adiantamentos de clientes	41	188
	<u>45.374</u>	<u>37.275</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais		
Impostos pagos sobre o lucro	(3.253)	(1.376)
Juros pagos	(11.718)	(12.001)
	<u>30.403</u>	<u>23.898</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aplicação financeira em garantia	50	(486)
Aquisição de imobilizado	(14.632)	(10.436)
	<u>(14.582)</u>	<u>(10.922)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Liquidação de empréstimos e financiamentos	(14.787)	(11.111)
	<u>(14.787)</u>	<u>(11.111)</u>
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa		
	1.034	1.865
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		
	<u>82.971</u>	<u>67.606</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		
	<u>84.005</u>	<u>69.471</u>
Variação do caixa e equivalentes		
	<u>1.034</u>	<u>1.865</u>
Variações de ativo e passivo que não afetam o caixa		
Aquisição de imobilizado não pago	791	(1.205)
Fornecedores a pagar referente a compra de imobilizado	(791)	1.205

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

BR Towers SPE1 S.A.

Demonstração do valor adicionado

Período de seis meses findos em 30 de junho de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	30/06/2017	30/06/2016
Receitas		
Receitas de locações	<u>95.907</u>	<u>73.537</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	<u>31.423</u>	<u>19.267</u>
Valor adicionado bruto	64.484	54.270
Depreciação e amortização	<u>16.333</u>	<u>15.304</u>
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	<u>48.151</u>	<u>38.966</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	<u>5.006</u>	<u>4.795</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>53.157</u>	<u>43.761</u>
Distribuição do valor adicionado		
Salários e encargos	3.761	2.950
Impostos, taxas e contribuições federais	13.467	7.200
Despesas administrativas	1.681	1.485
Despesas financeiras	22.717	33.150
Lucro / (prejuízo) do período	<u>11.531</u>	<u>(1.023)</u>
Valor adicionado distribuído	<u>53.157</u>	<u>43.762</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas explicativas às informações contábeis intermediária

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A BR Towers SPE1 S.A. ("Companhia") foi legalmente constituída em 17 de agosto de 2011, e possui sede na cidade de São Paulo, tendo como objeto social a participação em outras sociedades, a comercialização de equipamentos e materiais necessários ou úteis à exploração de serviços de telecomunicações e empreendimentos imobiliários, e a administração por conta própria de bens imóveis.

A Companhia atualmente desempenha como atividade preponderante a cessão de uso de infraestrutura compartilhada para a indústria de Telecomunicações (aluguel de infraestrutura).

Em 13 de junho de 2014 foi assinado Contrato de Venda e Compra das Ações de emissão da BR Towers S.A (Companhia) e BRT Holding 1 S.A e BRT Holding 2 S.A. (controladoras) visando a transferência da totalidade das ações de emissão das empresas BRT para a American Tower do Brasil - Cessão de Infraestruturas Ltda.

A transação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") em 28 de outubro de 2014 e sua efetivação, em 19 de novembro de 2014.

Em 31 de dezembro de 2014, o controle de 100% do capital foi transferido para a American Tower do Brasil - Cessão de Infraestruturas Ltda., através da incorporação da BR Towers S.A.

2 Base de preparação

2.1 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no custo histórico.

2.2 Declaração de conformidade

As informações contábeis trimestrais para o período findo em 30 de junho de 2017 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) Demonstração intermediária, e de acordo com a norma internacional IAS 34, observando as disposições contidas no Ofício Circular/CVM/SNC/SEP003/2011 de 28 de abril de 2011 e estão conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

Essas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo a base de preparação e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016 e devem ser lidas em conjunto. As informações de notas explicativas que não sofreram alterações significativas não foram repetidas integralmente nestas informações trimestrais.

A Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

A emissão das informações contábeis intermediárias foi autorizada pela Diretoria em 09 de agosto de 2017.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas informações contábeis intermediárias foram preparadas e são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas informações contábeis intermediárias estão incluídas a seguir:

- Determinação do arrendamento financeiro operacional.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro, estão incluídas nas notas explicativas:

- **Nota 3.5** - Depreciação do ativo imobilizado
- **Nota 11** - Provisão para desmobilização
- **Nota 12** - Contingências

3 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas informações contábeis intermediárias. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

Iniciativa de Divulgação (Alterações ao CPC 26 / IAS 7)

As alterações requerem divulgações adicionais que permitam aos usuários das demonstrações financeiras entender e avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, tanto mudanças decorrentes de fluxos de caixa quanto outras mudanças.

As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

Para atender os novos requerimentos de divulgação, a Companhia pretende apresentar uma reconciliação entre os saldos de abertura e fechamento de passivos com mudanças decorrentes de atividades de financiamento.

Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos para Perdas Não Realizadas (Alterações ao CPC 32 / IAS 12)

As alterações esclarecem a contabilização de impostos diferidos ativos para perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados a valor justo.

As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

A Companhia está avaliando o potencial impacto em suas demonstrações financeiras. Até agora, a Companhia não espera qualquer impacto significativo.

Receita de Contrato com Cliente - CPC 47

O CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. O CPC 47 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente.

O CPC 47 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

A Companhia concluiu uma avaliação inicial do potencial impacto da adoção do CPC 47 em suas demonstrações financeiras.

(i) *Prestação de serviços*

A Companhia reconhece a receita mensalmente tendo como base a utilização, pelo locatário, dos espaços locados pela Companhia, e quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, quando for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade, e quando critérios específicos tiverem sido atendidos.

De acordo com a IFRS 15, o total da contraprestação desses contratos de serviço deverá ser atribuído aos serviços com base em seus preços de venda individuais. Os preços de venda individuais serão determinados com base na tabela de preços que a Companhia utiliza para transações de venda de cada serviço separadamente.

A Companhia efetuou uma comparação inicial do valor justo com os preços de venda de serviços individuais. Uma vez que estes montantes são relativamente semelhantes, a Companhia não espera diferenças significativas no momento do reconhecimento da receita para esses serviços.

(ii) Transição

A Companhia adotará a IFRS 15 em suas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e pretende utilizar a abordagem retrospectiva. Como resultado, A Companhia aplicará todos os requerimentos da IFRS 15 a cada período comparativo apresentado ajustando suas demonstrações financeiras anteriormente apresentadas.

A Companhia planeja utilizar os expedientes práticos para contratos concluídos. Isso significa que os contratos concluídos que começaram e terminaram no mesmo período de apresentação comparativo, bem como os contratos que são contratos concluídos no início do período mais antigo apresentado, não serão reapresentados.

A Companhia está atualmente realizando uma avaliação detalhada do impacto resultante da aplicação da IFRS 15 e espera divulgar informações quantitativas adicionais antes da adoção da norma.

Instrumentos Financeiros - CPC 48

O CPC 48 substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O CPC 48 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

O CPC 48 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

O impacto efetivo da adoção do CPC 48 nas demonstrações financeiras da Companhia em 2018 não pode ser estimado com confiança, pois dependerá dos instrumentos financeiros que a Companhia detiver e das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que a Companhia fará no futuro. A nova norma exigirá que a Companhia revise seus processos contábeis e controles internos relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros e essas alterações ainda não estão finalizadas. No entanto, a Companhia realizou uma avaliação preliminar do potencial impacto da adoção do CPC 48 com base em sua posição em 31 de dezembro de 2016 e nas relações de hedge identificadas em 2016 no âmbito da IAS 39.

(i) Classificação - Passivos Financeiros

A IFRS 9 retém grande parte dos requerimentos da IAS 39 para a classificação de passivos financeiros.

Contudo, de acordo com a IAS 39, todas as variações de valor justo dos passivos designados como VJR são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com o CPC 48, estas alterações de valor justo são geralmente apresentadas da seguinte forma:

- o valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro é apresentado em ORA; e
- o valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado.

A Companhia não designou ou pretende designar passivos financeiros como VJR. A avaliação preliminar da Companhia não indicou qualquer impacto material se as exigências do CPC 48 relativas à classificação dos passivos financeiros fossem aplicadas em 31 de dezembro de 2016.

(ii) Divulgações

O CPC 48 exigirá extensivas novas divulgações, especificamente sobre o risco de crédito e perdas de crédito esperadas. A avaliação preliminar da Companhia incluiu uma análise para identificar deficiências em relação a informações requeridas e processos atuais e a Companhia planeja implementar mudanças nos seus sistemas e controles para atender aos novos requisitos.

(iii) Transição

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção da IFRS 9 serão geralmente aplicadas retrospectivamente, exceto as mudanças descritas a seguir:

- A Companhia pretende aproveitar a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção do CPC 48, serão geralmente reconhecidas nos lucros acumulados e reservas em 1 de janeiro de 2018.
- As seguintes avaliações devem ser efetuadas com base nos fatos e circunstâncias existentes na data da adoção inicial:
- A determinação do modelo de negócio dentro do qual um ativo financeiro é mantido.
- A designação e revogação de designações anteriores de determinados ativos e passivos financeiros mensurados a VJR.
- A designação de determinados investimentos em instrumentos patrimoniais não mantidos para negociação como VJORA.

IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

A Companhia iniciou uma avaliação inicial do potencial impacto em suas demonstrações financeiras. Até agora, o impacto mais significativo identificado é que a Companhia irá reconhecer novos ativos e passivos para os seus arrendamentos operacionais. Além disso, a natureza das despesas relacionadas a esses arrendamentos será alterada, pois a IFRS 16 substitui a despesa linear de arrendamento operacional por despesas de depreciação do direito de uso e juros sobre os passivos de arrendamento. A Companhia ainda não decidiu se utilizará as isenções opcionais. Não é previsto qualquer impacto significativo nos contratos de arrendamento financeiro da Companhia.

(i) *Determinar se um contrato contém um arrendamento*

As torres da Companhia foram adquiridas junto a operadora e são de propriedade da Companhia, há contratos de aluguel das torres, rooftops e terrenos que são tratados como arrendamento operacional.

Na transição para a IFRS 16, A Companhia pode optar por:

- Aplicar a definição de um contrato de arrendamento da IFRS 16 para todos os seus contratos; ou
- Aplicar um expediente prático e não reavaliar se um contrato é, ou contém, um arrendamento.

A Companhia está avaliando se aplicará o expediente prático e o potencial impacto em suas demonstrações financeiras, e se isso afetará o número de contratos identificados como arrendamento na transição.

(ii) *Transição*

Como arrendatário, a Companhia pode aplicar a norma utilizando uma:

- Abordagem retrospectiva; ou
- Abordagem retrospectiva modificada com expedientes práticos opcionais.

O arrendatário aplicará essa escolha consistentemente a todos os seus arrendamentos. A Companhia deve aplicar a IFRS 16 inicialmente em 1º de janeiro de 2019. A Companhia ainda não determinou qual a abordagem de transição irá aplicar.

A Companhia não necessita efetuar quaisquer ajustes para os arrendamentos em que atua como arrendador, exceto se a Companhia for um arrendador intermediário numa sublocação.

A Companhia ainda não quantificou o impacto da adoção da IFRS 16 sobre os seus ativos e passivos. O efeito quantitativo da adoção da IFRS 16 dependerá especificamente do método de transição escolhido, da utilização de expedientes práticos e isenções de reconhecimento, e quaisquer arrendamentos adicionais que a Companhia celebrará. A Companhia espera divulgar sua abordagem de transição e informações quantitativas antes da adoção.

A Companhia espera que a adoção da IFRS 16 não afete sua capacidade de cumprir com os acordos contratuais (covenants) de limite máximo de alavancagem em empréstimos descritos na Nota 8.

Outras alterações

Não se espera que as novas normas ou normas alteradas a seguir tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.
- Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimentos em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2017	31/12/2016
Bancos	67	70
Aplicações financeiras	83.938	82.901
	84.005	82.971
	84.005	82.971

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a debêntures compromissadas de bancos de primeira linha remunerada as taxas que variam entre 99 a 101% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), resgatáveis em até 90 dias a contar de sua contratação.

5 Contas a receber de clientes

	30/06/2017	31/12/2016
Ativo circulante		
Contas a receber de clientes	17.559	17.474
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e reserva	(602)	(186)
	16.957	17.288
Realizável a longo prazo		
Contas a receber de clientes	1.279	1.279
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e reserva	(663)	(663)
	616	616
	616	616
Movimentação da provisão	30/06/2017	31/12/2016
Saldo inicial	849	-
Constituição da provisão / Adição	416	849
	1.265	849
Valor final	1.265	849

As contas a receber de clientes referem-se substancialmente a locação de torres e roof tops de telecomunicações, assim como receitas de compartilhamento e locação de solo para outras operadoras de telecomunicação. O valor no realizável a longo prazo refere-se à um acordo realizado com cliente Oi, para pagamento em duas parcelas anuais a partir de 2018. Para esse valor foi constituída uma reserva de 50% sobre o saldo das contas a receber de clientes no ativo não circulante, com base na análise de risco e na probabilidade de recebimento.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa e reserva foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos. A metodologia de apuração da provisão para crédito de liquidação duvidosa é de provisionar os títulos vencidos a mais de 90 dias, sem que haja garantias reais.

A exposição máxima ao risco de crédito na data do balanço é o valor contábil das contas a receber.

A Companhia não mantém nenhum título como garantia de contas a receber.

6 Aplicação financeira em garantia

A Companhia efetuou aplicações em Debêntures Compromissadas com remuneração de 99 a 101% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Essas aplicações financeiras foram efetuadas como depósito caução para garantia da 2ª emissão de debêntures da Companhia. De acordo com as cláusulas de covenants, a Companhia deve manter saldo médio em aplicação financeira até seu vencimento. Em 30 de junho de 2017 o valor dessas aplicações financeiras era de R\$ 14.377 (R\$ 13.670 em 31 de dezembro de 2016). Essa garantia respeita a cláusula de covenants, conforme descrito na Nota 8.

7 Imobilizado

Custo	Torres e Roof tops	Imobilização em andamento	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2016	587.990	4.085	592.075
Adições	3.973	24.187	28.160
(Baixas)	(98)	(215)	(313)
Transferências	24.236	(24.236)	-
	<u>616.101</u>	<u>3.821</u>	<u>619.922</u>
Em 31 de dezembro de 2016			
Adições	883	14.540	15.423
(Baixas)	-	(37)	(37)
Transferências	14.566	(14.566)	-
	<u>631.550</u>	<u>3.758</u>	<u>635.308</u>
Em 30 de junho de 2017			

Depreciação	Torres e Roof tops	Imobilização em andamento	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2016	(81.935)	-	(81.935)
Adições	(31.179)	-	(31.179)
Baixas	-	-	-
	<hr/>	<hr/>	<hr/>
Em 31 de dezembro de 2016	<u>(113.114)</u>	<u>-</u>	<u>(113.114)</u>
(Adições)	<u>(16.333)</u>	<u>-</u>	<u>(16.333)</u>
Em 30 de junho de 2017	<u>(129.447)</u>	<u>-</u>	<u>(129.447)</u>
	<hr/>	<hr/>	<hr/>
Valor contábil	Torres e Roof tops	Imobilização em andamento	Total
Em 31 de dezembro de 2016	502.987	3.821	506.808
Em 30 de junho de 2017	502.103	3.758	505.861

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 27, a Companhia realiza periodicamente avaliação da vida útil de seus ativos imobilizados.

8 Debêntures

	30/06/2017	31/12/2016
Financiamentos no circulante	38.579	35.604
Financiamentos no não circulante	284.801	296.987
	<hr/>	<hr/>
	<u>323.380</u>	<u>332.591</u>
	<hr/>	<hr/>
	30/06/2017	31/12/2016
Movimentação do empréstimo		
Saldo inicial	332.591	335.599
Amortização de principal	(14.787)	(24.508)
Juros apropriados no exercício	17.075	45.221
Pagamento de juros	(11.718)	(24.198)
Apropriação do custo da dívida	219	477
	<hr/>	<hr/>
Valor final	<u>323.380</u>	<u>332.591</u>

(a) 1ª emissão de Debentures

Em 26 de outubro de 2012, a Companhia realizou a primeira emissão de debêntures simples no valor de R\$ 251.368, não conversíveis em ações, para distribuição pública com esforços restritos de colocação. A Companhia captou o recurso com o Banco Santander, Banco do Brasil e Banco Votorantim por meio de integralização de debêntures, a um custo de CDI + 3,4% a.a., com um ano de carência de principal, e vencimento em 26 de outubro de 2022. Esse recurso foi utilizado para o financiamento de 50% (cinquenta por cento) do valor referente à aquisição, de 895 torres e 1.017 roof tops de telecomunicações de propriedade da Vivo S.A. Em 01 de novembro de 2013 a Companhia liquidou antecipadamente a primeira emissão de debêntures com pagamento total de R\$ 252.975.

Custos de transação

Os custos de transação incorridos nas captações de recursos por meio da contratação das debêntures no montante de R\$ 6.316 foram contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido das debêntures, conforme determinado pelo CPC 08 (R1), para evidenciação do valor líquido recebido, e no momento da liquidação antecipada, o saldo foi integralmente reconhecido no resultado.

(b) 2ª emissão de Debentures

Em 15 de outubro de 2013, a Companhia realizou a segunda emissão de debêntures simples no valor de R\$ 300.000, não conversíveis em ações, para distribuição pública, a um custo definido de IPCA + 7,4% a.a., os pagamentos de juros e principal serão realizados trimestralmente, iniciando em 15 de janeiro de 2014 e a última parcela em 15 de outubro de 2023. Esse recurso foi utilizado para a amortização antecipada total da 1ª emissão de debêntures da companhia, para compor a garantia de conta reserva e para redução de capital. São garantias dessa operação: (i) alienação fiduciária de 100% das ações e; (ii) Cessão Fiduciária dos direitos de crédito da Companhia.

Custos de transação

Os custos de transação incorridos nas captações de recursos por meio da contratação das debêntures no montante de R\$ 3.339 estão contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido das debêntures, conforme determinado pelo CPC 08 (R1), para evidenciação do valor líquido recebido. Os encargos financeiros da dívida são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo de vencimento das debêntures.

O montante amortizado do custo das transações para o exercício foi de R\$ 219.

Cláusulas contratuais - covenants

As debêntures emitidas possuem cláusulas contratuais de covenants que exigem determinadas condições como; não ter 2 knots de downgrade no rating da emissão; apenas distribuir dividendos ou juros sobre capital próprio quando cumpridas algumas condições estabelecidas na escritura; manter durante a vigência da emissão o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) em no mínimo 1,10; não contratar novos financiamentos em valor individual ou agregado superior a R\$ 5.000 e manter o índice de alavancagem acima de 30%

1. Índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD)

	30/06/2017
Fluxo de caixa ajustado	99.033
Caixa inicial s/ conta reserva	90.539
FCO - fluxo de caixa operacional	15.763
FCI - fluxo de caixa de investimento	(7.269)
Dívida onerosa	13.398
Amortização	7.622
Juros pagos	5.776
ICSD - Índice de cobertura de serviço da dívida	7,39

2. Índice de Alavancagem

	30/06/2017
Capital social	211.369
Total passivo e patrimônio líquido	641.543
Índice de alavancagem	32,95%

A Companhia está atendendo as obrigações previstas e requisitos para cumprimento das cláusulas contratuais - *covenants*.

9 Partes relacionadas

	30/06/2017	31/12/2016
Passivo circulante		
American Tower do Brasil (i)	8.232	14.468
LAP do Brasil Empreendimentos Imobiliários Ltda. (ii)	62	33
American Tower Corporation (ii)	53	52
ATC Mexico Holding Corp. (ii)	55	39
	<u>8.402</u>	<u>14.592</u>

- (i) O saldo refere-se ao montante líquido entre valores a pagar e a receber com a controladora American Tower do Brasil, por conta da venda de ativos e despesas incorridas entre essas entidades, que são alocadas mediante critério de rateio previamente definido pela controladora, aplicado de maneira uniforme.
- (ii) O saldo refere-se a valores a pagar referentes a serviços prestados.

Com a reestruturação societária e organizacional mencionada na Nota 1, o grupo concentra os custos e despesas denominados “corporativos” na controladora que os repassa para suas controladas.

Em 30 de junho de 2017 o critério de rateio seguido pela controladora American Tower, foi assim determinado: rateio das despesas operacionais de acordo com o percentual definido pela controladora.

a. Remuneração do pessoal-chave

Pessoal-chave da administração inclui a presidência e toda a diretoria que juntos recebem uma remuneração no segundo trimestre de 2017, paga e rateada pela controladora, no montante de R\$ 73 (R\$ 63 no segundo trimestre de 2016).

b. Benefício pós-emprego

A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para a diretoria ou membros do Conselho de Administração.

10 Fornecedores

	30/06/2017	31/12/2016
Fornecedores	4.321	3.735
Aluguéis de imóveis a pagar	<u>5.376</u>	<u>5.153</u>
	<u>9.697</u>	<u>8.888</u>

Em 30 de junho de 2017 a Companhia possuía saldos a pagar com seus fornecedores diversos. Sendo estes divididos entre fornecedores de Capex, que são os reforços estruturais de suas torres e os aluguéis devidos aos locatários.

11 Provisão para desmobilização

Os contratos entre a Companhia e os locatários dos espaços nos quais as torres e *roof tops* estão instalados, preveem que os custos de desmontagem e remoção dos itens e que a restauração do local é de responsabilidade da Companhia.

	30/06/2017	31/12/2016
Provisão para desmobilização	<u>86.882</u>	<u>81.559</u>
	<u>86.882</u>	<u>81.559</u>
	30/06/2017	31/12/2016
Movimentação da provisão		
Saldo inicial	81.559	70.099
Atualização monetária	5.323	9.732
Adição ARO	<u>-</u>	<u>1.728</u>
Valor final	<u>86.882</u>	<u>81.559</u>

O valor justo da obrigação de desmobilização das torres é reconhecido no período em que os custos são incorridos, os quais são capitalizados como parte do valor contábil dos respectivos ativos correspondentes às torres e amortizados durante a sua vida útil estimada. As estimativas de valor justo das obrigações para desmobilização de ativos envolvem o desconto dos fluxos de caixa futuros estimados, e o seu registro no passivo é feito em decorrência do tempo, como despesa operacional. Adicionalmente, são realizados ajustes ao passivo da obrigação para a desmobilização de ativos, a fim de refletir as alterações nas estimativas de prazos e de fluxos de caixa, em contrapartida ao respectivo ativo imobilizado, quando aplicável.

12 Contingências

	30/06/2017	31/12/2016
Tributárias (i)	491	460
Cíveis (ii)	<u>64</u>	<u>29</u>
	<u>555</u>	<u>489</u>

(i) Referem-se à discussão de taxas cobradas para instalações de torres e encargos sociais sobre remuneração.

- (ii) A Companhia possui ações indenizatórias, com risco de perda classificado como provável por seus assessores jurídicos.

Em 30 de junho a Companhia possui outros processos cíveis avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$ 176 (R\$ 92 em 31 de dezembro de 2016), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

13 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 25 de outubro de 2012, foi aprovado aumento do capital social, por subscrição privada, no valor de R\$ 261.368, mediante a emissão de 261.368.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação calculada de acordo com a legislação em vigor. As ações emitidas foram totalmente subscritas e integralizadas, nesta data.

Em 29 de outubro de 2013 foi aprovada uma redução de capital no montante de R\$ 50.000 sem o cancelamento de ações. O valor da redução do capital social foi pago em janeiro de 2014.

Em 30 de junho de 2017 o capital social era de R\$ 211.369 representado por 261.368.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

b. Reservas

A Companhia apropriará, conforme definido pela legislação societária, 5% do lucro líquido anual para reserva legal, sendo limitada a 20% do capital social.

c. Dividendos mínimos obrigatórios

O dividendo mínimo obrigatório estabelecido no Estatuto Social da Companhia é de 25%, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, depois de atendidas as disposições legais, o saldo remanescente do lucro líquido será distribuído entre os acionistas, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral. O pagamento de dividendos está limitado a certas cláusulas contratuais conforme nota 8 b.

14 Receita operacional líquida

	30/06/2017	30/06/2016
Receitas de locação de torres e <i>roof tops</i>	95.907	73.537
Impostos sobre receitas de locação	(8.910)	(6.802)
	<u>86.997</u>	<u>66.735</u>
Receita operacional líquida	<u>86.997</u>	<u>66.735</u>

15 Custos das locações

	30/06/2017	30/06/2016
Encargos de depreciação (Nota 7)	16.333	15.304
Manutenção e aluguel de solo	31.313	19.266
Outros	109	-
Créditos de impostos sobre depreciação	(1.364)	(1.272)
	<u>46.391</u>	<u>33.298</u>
Custos das locações	<u>46.391</u>	<u>33.298</u>

16 Despesas gerais e Administrativas

	30/06/2017	30/06/2016
Salários, encargos e provisão de participação nos resultados (i)	3.762	2.950
Serviços de diversos	204	146
Despesas com aluguel	150	112
Despesa de benefícios a empregados	820	607
Despesas administrativas	293	335
Viagens e estadias	134	70
Contingências	66	213
Despesas tributárias	14	2
	<u>5.443</u>	<u>4.435</u>
Despesas gerais e administrativas	<u>5.443</u>	<u>4.435</u>

- (i) As despesas com salários, encargos e provisões são alocadas na Companhia de acordo com os critérios de rateio de despesas da American Tower do Brasil descrito na Nota 9.

17 Resultado financeiro, líquido

	30/06/2017	30/06/2016
Despesas financeiras		
Atualização provisão para desmobilização	(5.323)	(4.866)
Juros/custo sobre empréstimos e financiamentos	(17.294)	(28.208)
Outras	(100)	(76)
	<u>(22.717)</u>	<u>(33.150)</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	4.862	4.795
Outras Receitas Financeiras	144	-
	<u>5.006</u>	<u>4.795</u>
Resultado financeiro Líquido	<u>(17.711)</u>	<u>(28.355)</u>

18 Imposto de renda e contribuição social

Movimentação dos impostos diferidos (líquidos)	30/06/2017
Saldo em 31 de dezembro de 2016	15.693
Resultado	<u>(16)</u>
Saldo em 30 de junho de 2017	<u>15.677</u>

O ativo fiscal diferido é registrado para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil.

O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente, caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício pela Companhia. O ativo fiscal diferido tem a seguinte origem:

	30/06/2017	31/12/2016
Ativo circulante		
Provisão para crédito de liquidação duvidosa circulante	602	186
Ativo não circulante		
Provisão para crédito de liquidação duvidosa não circulante	663	663
Depreciação dos custos de desmobilização	7.810	6.213
Passivo circulante		
Provisão de compras, serviços prestados e aluguel	223	214
Passivo não circulante		
Provisão para desmobilização	23.600	18.277
Provisão de contingências	555	489
	21.489	18.766
Prejuízo fiscal	12.655	20.114
Base cálculo do ativo fiscal diferido	46.108	46.156
Alíquota de IR/CS combinadas	34%	34%
Total	15.677	15.693

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos.

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	30/06/2017	30/06/2016
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	17.452	647
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	5.934	220
Diferenças temporárias não constituído ativo fiscal diferido	-	1.450
Outras diferenças permanentes	(13)	-
Total	5.921	1.670
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício:		
Corrente	5.905	1.670
Diferido	16	-
Total	5.921	1.670
Alíquota efetiva	34%	258%

19 Instrumentos financeiros

a. Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, desenvolve um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

(i) **Risco operacional**

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia.

(ii) **Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. A Companhia estabelece uma política de crédito sob a qual todo o novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente antes dos termos e das condições padrão de pagamento.

(iii) **Exposição a riscos de crédito**

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das informações contábeis intermediárias foi:

	30/06/2017	31/12/2016
Caixa e equivalentes de caixa	84.005	82.971
Contas a receber	16.957	17.904
Total	100.962	100.875

(iv) **Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha recursos suficientes para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Tipicamente, a Companhia garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

30.06.2017	Valor Contábil	Até 1 ano	De 2 a 5 anos	Acima de 5 anos
Passivos financeiros não derivativos				
Fornecedores	9.697	9.697	-	-
Empréstimos e financiamentos	323.380	56.553	278.698	106.830
31.12.2016	Valor Contábil	Até 1 ano	De 2 a 5 anos	Acima de 5 anos
Passivos financeiros não derivativos				
Fornecedores	8.888	8.888	-	-
Empréstimos e financiamentos	332.591	55.171	299.319	171.680

(v) *Risco de mercado*

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros podem impactar nos negócios da Companhia. A Companhia está sujeita ao risco de alterações da taxa de juros.

Na data das informações contábeis intermediárias, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	Valor contábil	
	30/06/2017	31/12/2016
Equivalentes de caixa	83.938	82.901
Aplicações financeiras em garantia	14.377	13.670

(vi) *Análise de sensibilidade*

A análise de sensibilidade sobre as taxas de juros na remuneração pelo CDI das aplicações financeiras com aumento de 25% e 50% está apresentada a seguir:

	30/06/2017	CDI Provável	CDI 25%	CDI 50%
Aplicações financeiras	83.938	91.906	93.898	95.890
Aplicação financeira em garantia	14.377	15.801	16.157	16.513

O montante de R\$ 323.380 (100% do total) dos empréstimos e financiamentos da Companhia estão indexados ao IPCA. A taxa atual do IPCA é 7,4%, a Companhia estima que se mantendo o nível atual deste indexador as despesas financeiras referentes à este financiamento totalizariam R\$ 35.994 nos próximos 12 meses, em caso de aumento no indexador de 25% ou 50%, a despesa financeira estimada para o mesmo período seria de R\$ 31.353 ou R\$ 33.586 respectivamente.

(vii) Valor justo

Para todas as operações a Administração considera que o valor justo equipara-se ao valor contábil, uma vez que para essas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data.

b. Classificação dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas informações contábeis intermediárias da Companhia, sendo que os valores contábeis são idênticos ao seu valor de mercado.

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas abaixo:

Descrição	30 de junho 2017				
	Valor justo através do resultado	Mantidos até o vencimento	Empréstimos e recebíveis	Custos amortizados	Total
Ativo circulante					
Bancos	-	-	67	-	67
Aplicações financeiras	83.938	-	-	-	83.938
Contas a receber de clientes	-	-	16.957	-	16.957
Ativo não circulante					
Aplicação financeira em garantia	-	14.377	-	-	14.377
Contas a receber de clientes	-	-	616	-	616
Passivo circulante					
Fornecedores e contas a pagar com partes relacionadas	-	-	-	18.099	18.099
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	38.579	38.579
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	284.801	284.801
Descrição	31 de dezembro 2016				
	Valor justo através do resultado	Mantidos até o vencimento	Empréstimos e recebíveis	Custos amortizados	Total
Ativo circulante					
Bancos	-	-	70	-	70
Aplicações financeiras	82.901	-	-	-	82.901
Contas a receber de clientes	-	-	17.288	-	17.288
Ativo não circulante					
Aplicação financeira em garantia	-	13.670	-	-	13.670
Contas a receber de clientes	-	-	616	-	616
Passivo circulante					
Fornecedores e contas a pagar com partes relacionadas	-	-	-	23.480	23.480
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	35.604	35.604
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	296.987	296.987

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

30/06/2017			
Descrição	Valor justo através do resultado	Custos amortizados	Nível
Ativos circulantes			
Aplicações financeiras	83.938	-	2
Ativos não circulantes			
Aplicações financeiras em garantia	14.377	-	2
Passivo circulante			
Empréstimos e financiamentos	-	38.579	2
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	-	284.801	2
31/12/2016			
Descrição	Valor justo através do resultado	Custos amortizados	Nível
Ativos circulantes			
Aplicações financeiras	82.901	-	2
Ativos não circulantes			
Aplicações financeiras em garantia	13.670	-	2
Passivo circulante			
Empréstimos e financiamentos	-	35.604	2
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	-	296.987	2

20 Arrendamento operacional

A Companhia arrenda suas Torres e roof tops sob arrendamentos operacionais. No final do período de relatório, os pagamentos mínimos futuros de arrendamento sob arrendamentos não canceláveis são recebíveis como segue:

	30/06/2017	31/12/2016
Menos de um ano	84.234	154.489
Entre um e cinco anos	791.032	733.103
Mais de cinco anos	195.237	122.599

21 Cobertura de seguros

Em 30 de junho de 2017, a cobertura de seguros contratada pela controladora, contra risco operacional era composta por R\$ 7.116 para danos materiais e lucro cessantes R\$ 3.198 responsabilidade civil e riscos diversos.